

Acordo provisório com o FMI é insuficiente como "sinal verde" aos bancos

por Celso Pinto
de Brasília

O governo brasileiro está, de fato, estudando a hipótese de acertar um acordo provisório, ou "shadow agreement", com o Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda relativo a este ano, e a partir de algumas medidas adicionais do ajuste. A decisão ainda não foi tomada e, se acontecer, será, necessariamente, uma iniciativa brasileira, nunca do Fundo.

Este acordo voluntário serviria, antes de mais nada, para "mostrar que o show continua", como disse a este jornal uma fonte qualificada do governo. Em outros termos, seria uma indicação de que o Brasil está disposto a caminhar na direção de ajuste econômico que o Fundo e os credores consideram correta.

Como não se trata de um programa formal com o Fundo, o "shadow agreement" não precisa ser submetido à aprovação do "board" do FMI. Trata-se de uma manifestação de intenções do governo brasileiro, sujeitas à verificação do Fundo. Este caráter limitado, de outro lado, impede que o diretor-gerente do Fundo, Jacques De Larosière, o considere suficiente para dar um "sinal verde" aos bancos internacionais, para que concluam seu acordo com o Brasil. Tampouco implica recebimento de qualquer recurso do Fundo.

Seria, de todo modo, um passo a mais na direção de um acordo para o próximo ano. Aliás, a idéia do "shadow agreement" nasceu, no governo, a partir da posição manifestada por Larosière no recente encontro que teve, em Washington, com uma missão técnica brasileira. Ele disse claramente que, caso o Brasil não se dispusesse a tomar medidas adicionais de ajuste ainda neste ano, seria muito difícil fechar um acordo para 1986.

RIGIDEZ EM 1986

Esta é uma nítida preocupação no Ministério da Fazenda. O ministro Francisco Dornelles teme que, se não houver um esforço adicional ainda neste ano, o acordo para 1986 ficaria tão duro que seria inviável, politicamente, colocá-lo em prática.

Na verdade, em qualquer hipótese será preciso haver "uma firme vontade política", na expressão da fonte qualificada, para tornar factível um programa de ajuste no próximo ano. O "shadow agreement" poderia começar a melhorar as condições para es

grama de 1986. Mas não traria nenhuma garantia de que o FMI poderia ser mais flexível nas discussões.

Como se sabe, o Fundo tem dado mostras de pretender um superávit operacional do setor público em 1986 de cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil, de sua parte, não está disposto a oferecer mais do que a metade disso, por temer um comprometimento da meta de crescimento econômico de pelo menos 5% no próximo ano.

As medidas adicionais que o governo ofereceria ao Fundo ainda neste ano seriam apenas marginais em relação ao "pacote" de ajuste já anunciado. Na área das estatais, por exemplo, haveria um esforço complementar, já divulgado pelo titular da Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Henri-Phillipe Reichstul. Com isto, o corte nas despesas de custeio cresceriam de Cr\$ 1,5 trilhão a Cr\$ 2 trilhões. Na área fiscal, a mudança na tributação dos certificados de Depósitos bancário (CDB) poderia render outros Cr\$ 2 trilhões a Cr\$ 3 trilhões.

No total, o "pacote" original cresceria cerca de Cr\$ 4 trilhões a Cr\$ 5 trilhões, na descrição desta fonte. Não é um valor que chegue a colocar em risco a previsão de crescimento econômico neste ano nem um recuo em relação à intenção de procurar cortar apenas o que for factível de colocar em prática.

Do ponto de vista do que o Fundo pediu ao Brasil para fechar um acordo ainda para este ano, seria insuficiente. Como complemento, em um "shadow agreement", seria uma prova de boa vontade do País. "É preciso que haja algum movimento do Brasil nas negociações com o Fundo, e esta seria uma fórmula possível", argumenta a fonte.

A Venezuela, que fechou um acordo de reescalamento com os bancos internacionais, não chegou a montar um programa formal com o FMI. Mas ofereceu um "shadow agreement".

No caso do Brasil, há um namoro com a idéia, mas não houve, até agora, nenhuma consulta ao Fundo. Alguns setores do governo apostam, ainda, ser possível fechar um acordo formal com o Fundo neste ano. Nesta hipótese, não faria sentido pensar num "shadow agreement". Também não se pode falar que haja consenso, no governo, sobre as vantagens deste acordo provisório.